

Volume
31/2
ICH - UFPel



História em revista

revista do núcleo de documentação histórica

**História Pública: caminhos para a
democratização do conhecimento já disponível!**

Reitoria

Reitora: *Ursula Rosa da Silva*

Vice-Reitor: *Eraldo dos Santos Pinheiro*

Chefe de Gabinete da Reitoria: *Renata Vieira Rodrigues Severo*

Pró-Reitor de Ensino: *Antônio Maurício Medeiros Alves*

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: *Marcos Britto Corrêa*

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: *Fábio Garcia Lima*

Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento: *Aline Ribeiro Paliga*

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis: *Josy Dias Anacleto*

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas: *Taís Ullrich Fonseca*

Pró-Reitora de Ações Afirmativas e Equidade: *Cláudia Daiane Garcia Molet*

Superintendente do Campus Capão do Leão: *José Rafael Bordin*

Superintendente de Gestão Administrativa: *Mariana Schardosim Tavares*

Superintendente de Gestão da Informação e

Comunicação: *Christiano Martino Otero Ávila*

Superintendência de Inovação e Desenvolvimento

Interinstitucional: *Vinicius Farias Campos*

Superintendência de Infraestrutura: *Everton Bonow*

Superintendência do Hospital Escola: *Tiago Vieiras Collares*

Instituto de Ciências Humanas

Diretor: *Prof. Dr. Sebastião Peres*

Vice-Diretora: *Profa. Dra. Andréa Lacerda Bachettini*

**Núcleo de Documentação História da UFPEL –
Profa. Beatriz Loner**

Coordenadora:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Membros do NDH:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas

Prof. Dra. Márcia Janet Espig

Técnico Administrativo:

Cláudia Daiane Garcia Molet – Técnica em Assuntos Educacionais

Paulo Luiz Crizel Koschier – Auxiliar em Administração

**História em Revista - Publicação do Núcleo de
Documentação Histórica – Profª. Beatriz Loner**

Comissão Editorial:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Profa. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck

Profa. Dra. Márcia Janet Espig

Prof. Dr. Jornas Vargas

Paulo Luiz Crizel Koschier

Conselho Editorial:

*Profa. Dra. Alexandrine de La Taille-Trétinville U.,
Universidad de los Andes, Santiago, Chile*

Profa. Dra. Ana Carolina Carvalho Viotti (UNESP - Marília)

Profa. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (UFRGS)

Prof. Dr. Carlos Augusto de Castro Bastos (UFPA)

Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha (UNICAMP)

Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro (UFU)

Profa. Dra. Gisele Porto Sanglard (FIOCRUZ)

Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu (Universidade Federal de Uberlândia)

Profa. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)

Profa. Dra. Joana Maria Pedro (UFSC)

Profa. Dra. Joana Balsa de Pinho, Universidade de Lisboa

Profa. Dra. Karina Ines Ramacciotti, (UBA/CONICET/Universidad de Quilmes)

Profa. Ms. Larissa Patron Chaves (UFPEL)

Profa. Dra. Maria Antônia Lopes (Universidade de Coimbra)

Profª. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)

Profa. Dra. Maria de Deus Beites Manso (Universidade de Évora)

Profa. Dra. Maria Marta Lobo de Araújo (Universidade do Minho)

Profa. Dra. María Silvia Di Liscia (Universidad Nacional de La Pampa – AR)

Profa. Dra. Maria Soledad Zárate (Universidad Alberto Hurtado – Chile)

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)

Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos Aires).

Prof. Dr. Robson Laverdi (UEPG)

Profª. Dra. Tânia Salgado Pimenta (FIOCRUZ)

Profª. Dra. Tatiana Silva de Lima (UFPE)

Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)

Prof. Dr. Tiago Luis Gil (UNB)

Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)

Profa. Dra. Yonissa Marmitt Wadi (UNIOESTE)

Editora: Lorena Almeida Gill

Editores do Volume: Lorena Almeida Gill (UFPEL); Alice da Conceição Teixeira (UFPEL); Flaviano Batista Ferreira (UFPEL)

Editoração e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier

Imagem da capa: Trapiche da praia do Laranjal (Pelotas-RS). Foto: Paulo Koschier

Pareceristas ad hoc: Aldenize da Silva Ladislau (UFPB); Amanda Chiamenti Both (PUCRS); Amanda Motta Castro (FURG); Ana Lúcia Costa de Oliveira(UFPEL); Ângelo Rodrigo Silva Pinheiro (UFF); Anselmo Alves Neetzow (FURG); Artur

Henrique Franco Barcelos (FURG); Caiuá Cardoso Al-Alam (UNIPAMPA); Daniel Ferreira da Silva (UEM); Darcylene Pereira Domingues (UFPel); Dayane Nascimento Sobreira (UFPB) Eduardo Rocha (UFPel); Felipe Nóbrega Ferreira (UFPel); Felipe Treviso Bresolin (UFRGS); Jivago Correia Barbosa (IPHAN/PB - IFPB); Jonas Moreira Vargas (UFPel); Juarez José Rodrigues Fuão (FURG); Julia Silveira Matos (FURG); Lúcia de Fátima Guerra Ferreira (UFPB); Marciane Ambrósio Benicio (UFPB); Mauro Dillmann Tavares (UFPel); Natália de Oliveira Tavares (USP); Rafael Nóbrega Araújo (UEPB/UFCG); Rafael Teixeira Chaves (UFPel); Taiane Mendes Taborda (UFPel); Vanessa Avila Costa (UFPel); Wagner Silveira Feloniuk (FURG); Wanderlene de Freitas Souza Barros (UFAM); Wilian Junior Bonete (UFPel).

Rua Benjamin Constant 1071 – Pelotas, RS
Fone: (53) 98115-2011

Edição: 2026/2
ISSN – 2596-2876

Indexada pelas bases de dados: Worldcat Online Computer Library Center | Latindex | Livre: Revistas de Livre Acesso | International Standard Serial Number | Worldcat | Wizdom.ai | Zeitschriften Datenbank

UFPel/NDH / Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154 - Pelotas/RS - CEP: 96010-770

Fone/Whatsapp: (53) 3284 3208

Disponível em

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/index>

e-mail: historiaemrevista@ufpel.edu.br

Editora e Gráfica Universitária

Conselho Editorial

Presidente do Conselho Editorial: Ana da Rosa Bandeira

Representantes das Ciências Agrárias: Sandra Mara da Encarnação Fiala Rechsteiner (TITULAR), Cássio Cassal Brauner e Viviane Santos Silva Terra

Representantes da Área das Ciências Exatas e da Terra: Aline Joana Rolina Wohlmuth Alves dos Santos (TITULAR), Felipe Padilha Leitzke e Werner Krambeck Sauter

Representantes da Área das Ciências Biológicas: Rosângela Ferreira Rodrigues (TITULAR) e Marla Piumbini Rocha

Representantes da Área das Engenharias: Reginaldo da Nóbrega Tavares (TITULAR)

Representantes da Área das Ciências da Saúde: Claiton Leonetti Lencina (TITULAR)

Representantes da Área das Ciências Sociais Aplicadas: Daniel Lena Marchiori Neto (TITULAR), Bruno Rotta Almeida e Marislei da Silveira Ribeiro

Representantes da Área das Ciências Humanas: Maristani Polidori Zamperetti (TITULAR) e Mauro Dillmann Tavares

Representantes da Área das Linguagens e Artes: Chris de Azevedo Ramil (TITULAR), Leandro Ernesto Maia e Vanessa Caldeira Leite

Seção de Pré-Produção – Isabel Cochrane, Suelen Aires Böettge

Seção de Produção

Preparação de originais – Eliana Peter Braz, Suelen Aires Böettge

Catálogo – Madelon Schimmelpfennig Lopes

Revisão textual – Anelise Heidrich, Suelen Aires Böettge

Projeto gráfico e diagramação – Fernanda Figueredo Alves, Alice Martins de Lima (Bolsista)

Coordenação de projeto – Ana da Rosa Bandeira

Seção de Pós-Produção – Marisa Helena Gonsalves de Moura, Eliana Peter Braz, Newton Nyamasege Marube

Projeto Gráfico & Capa – Paulo Luiz Crizel Koschier

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
Simone Godinho Maisonave – CRB 10/1733
Biblioteca de Ciências Sociais – UFPel

H673 História em Revista [recurso eletrônico] : (Dossiê : História Pública : caminhos para a democratização do conhecimento já disponível!) / Núcleo de Documentação Histórica da UFPel – Profa. Beatriz Loner, v.31, n.2, ago. 2026. – Pelotas: UFPel/NDH, 2026 – 199 p. ; 3 MB

Semestral

e-ISSN: 2596-2876

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/index>

1. História – Periódico 2. Acervos 3. Conhecimento

CDD: 907



**Editora
UFPel**

Filiada à ABEU

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 07 **A HISTÓRIA PÚBLICA COMO UMA POSSIBILIDADE PARA DEMOCRATIZAR O CONHECIMENTO**

PUBLIC HISTORY AS A POSSIBILITY FOR DEMOCRATIZING KNOWLEDGE

Lorena Gill | Alice Teixeira | Flaviano Batista

QUEM DECIDE O QUE SERÁ LEMBRADO? INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, ACERVOS DIGITAIS E O FUTURO DO DIREITO À MEMÓRIA 12 **WHO DECIDES WHAT WILL BE REMEMBERED? ARTIFICIAL INTELLIGENCE, DIGITAL COLLECTIONS AND THE FUTURE OF THE RIGHT TO MEMORY**

Denis Ramon Funes Flores

COLETÂNEA DO ARQUIVO DO SENADO FEDERAL E OS DESAFIOS DE UMA HISTÓRIA PÚBLICA DENTRO DO PODER LEGISLATIVO 22

FEDERAL SENATE ARCHIVE COLLECTION AND THE CHALLENGES OF PUBLIC HISTORY WITHIN THE LEGISLATIVE BRANCH

Alexandre Alves de Sousa Moreira

“HISTÓRIAS COMPARTILHADAS”: A CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PASSADO NA COLEÇÃO DE HISTÓRIA ORAL DO MUSEU DA IMIGRAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO 35

“SHARED HISTORIES”: COLLECTIVE CONSTRUCTION OF THE PAST IN THE ORAL HISTORY COLLECTION OF THE MUSEUM OF IMMIGRATION OF SÃO PAULO

Pedro Jardel Fonseca Pereira

ARQUIVOS QUE REVELAM: O NDH/UFPEL E SUAS ARTICULAÇÕES ENTRE HISTÓRIA PÚBLICA, DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E HISTÓRIA DAS MULHERES 55

ARCHIVES THAT REVEAL: NDH/UFPEL AND ITS ARTICULATIONS BETWEEN PUBLIC HISTORY, THE DEMOCRATIZATION OF KNOWLEDGE, AND WOMEN'S HISTORY

Andreina Hardtke Corpes

**MEMÓRIA CONTRA O SILÊNCIO: O TRABALHO DA COMISSÃO
UNIVERSITÁRIA DA VERDADE / UFPEL COMO FERRAMENTA PARA A
PRÁTICA DA HISTÓRIA PÚBLICA** **78**

MEMORY AGAINST SILENCE: THE WORK OF THE UNIVERSITY TRUTH
COMMISSION/UFPEL AS A TOOL FOR THE PRACTICE OF PUBLIC HISTORY

Nádia Coelho Kendzerski | Natasha Dias Castelli

**ENTRE O TRABALHO E OS FILHOS: MATERNIDADES E SERVIÇO
DOMÉSTICO NA ESCRAVIDÃO URBANA (RIO DE JANEIRO, 1870)** **95**

BETWEEN WORK AND CHILDREN: MOTHERHOOD AND DOMESTIC SERVICE IN URBAN
SLAVERY (RIO DE JANEIRO, 1870)

Nubia Sotini dos Santos

**ROTEIROS NEGROS NO PARANÁ: ESTRATÉGIAS DE HISTÓRIA PÚBLICA E
ENSINO DE HISTÓRIA ANTIRRACISTA** **112**

BLACK ROUTES IN PARANÁ: PUBLIC HISTORY AND ANTI-RACIST HISTORY
EDUCATION

Noemi Santos da Silva | Merylin Ricieli dos Santos

**BABÁ X BORCHES – O POSSÍVEL PRIMEIRO NEGRO DO FUTEBOL
PELOTENSE** **130**

BABÁ X BORCHES – THE LIKELY FIRST BLACK PLAYER IN PELOTAS FOOTBALL

Gabriel Gonçalves Ribeiro

**DA FORMAÇÃO COIMBRA À COORDENAÇÃO IMPERIAL: ELITES,
PROVÍNCIAS E UNIDADE TERRITORIAL NO BRASIL OITOCENTISTA EM
PERSPECTIVA IBERO-AMERICANA** **145**

FROM COIMBRA TRAINING TO IMPERIAL COORDINATION: ELITES, PROVINCES, AND
TERRITORIAL UNITY IN NINETEENTH-CENTURY BRAZIL FROM AN IBERO-AMERICAN
PERSPECTIVE

Thiago Perez Bernardes de Moraes

**O EMPÓRIO DAS ARTES E A PRESENÇA INDÍGENA NO MUSEU DE ARTE
SACRA DO PARÁ: SILENCIAMENTOS E DESAFIOS EDUCATIVOS 168**

THE EMPORIUM OF ARTS AND THE INDIGENOUS PRESENCE AT THE PARÁ MUSEUM OF
SACRED ART: SILENCING AND EDUCATIONAL CHALLENGES

**Diego Pereira Santos | Gabriel Ramos Pacheco | Laís Santos Sousa |
Lorena Botelho de Souza | Mariane Alves Borges**

**ARQUITETURAS DO PROGRESSO: MANAUS, A BELLE ÉPOQUE E O
PROJETO URBANO REPUBLICANO NA AMAZÔNIA 182**

ARCHITECTURES OF PROGRESS: MANAUS, THE BELLE ÉPOQUE, AND THE REPUBLICAN
URBAN PROJECT IN THE AMAZON

**Janderson Gustavo Soares de Almeida | Clodoaldo Matias da Silva |
Maria das Graças Maciel de Oliveira | Denison Melo de Aguiar**

ENTRE O TRABALHO E OS FILHOS: MATERNIDADES E SERVIÇO DOMÉSTICO NA ESCRAVIDÃO URBANA (RIO DE JANEIRO, 1870)¹

BETWEEN WORK AND CHILDREN: MOTHERHOOD AND DOMESTIC SERVICE IN URBAN SLAVERY (RIO DE JANEIRO, 1870)

Nubia Sotini dos Santos

Graduada em História (Licenciatura) pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), mestra em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Atualmente é doutoranda em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPeL), sendo bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Desenvolve pesquisas no campo da História Social, com ênfase em escravidão, gênero e maternidade. Dedica-se à análise das experiências de mulheres escravizadas no Rio de Janeiro Oitocentista, especialmente em suas relações maternas.

Email: nubiasotini.santos@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2659-4017>

Resumo. Este artigo analisa o serviço doméstico na escravidão urbana no Rio de Janeiro, a partir de anúncios de venda e aluguel de mulheres-mães escravizadas, publicados no *Jornal do Commercio* nos primeiros meses de 1870. O argumento do estudo é que as fontes analisadas, para além de sua função comercial, produziram e difundiram expectativas senhoriais sobre o trabalho, a conduta e a disponibilidade corporal, consolidando o serviço doméstico como um espaço profundamente racializado e feminino. Nessa perspectiva, observa-se também como as maternidades de mulheres escravizadas foram sistematicamente precarizadas e submetidas a constantes negociações, tornando-se uma experiência sujeita a contínuos rearranjos.

Palavras-chave: serviço doméstico; escravidão urbana; Rio de Janeiro; maternidades.

Abstract. This article examines domestic service in urban slavery in Rio de Janeiro, based on advertisements for the sale and rental of women-mothers enslaved, published in the *Jornal do Commercio* during the first months of 1870. The study argues that the sources analyzed, beyond their commercial function, produced and disseminated masterly expectations regarding work, conduct, and bodily availability, consolidating domestic service as a deeply racialized and feminine space. From this perspective, the study also observes how the motherhoods of enslaved women were systematically rendered precarious and subjected to constant negotiations, becoming an experience subject to continuous rearrangements.

Keywords: domestic service; urban slavery; Rio de Janeiro; motherhoods.

Introdução

O trabalho doméstico ocupa, ainda hoje, posição central na organização do mercado de trabalho brasileiro, sendo exercido majoritariamente por mulheres, que em sua maioria são negras e provenientes de famílias de baixa renda. Embora o ofício seja

¹ O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.



de suma importância para a manutenção da vida cotidiana e do funcionamento da economia do cuidado, este ainda se configura como uma das ocupações mais precarizadas no país, marcada por baixos salários, extensas jornadas de trabalho e limitada proteção social (Brasil, 2025). Em estudos recentes², observou-se que as trabalhadoras domésticas constituem a principal categoria da força de trabalho remunerada de cuidados no Brasil, representando cerca de 25% deste setor; no entanto, 64,5% recebem menos de um salário mínimo (Brasil, 2025).

A ocupação, composta majoritariamente por mulheres, expressa quantitativamente 60% de mulheres negras (Brasil, 2025), revelando profundas permanências de desigualdades raciais e de gênero. Diante desse quadro, impõem-se algumas questões: como compreender a persistência histórica do trabalho doméstico, em que a inserção laboral é expressiva em corpos negros? Quais os processos históricos contribuíram para a consolidação dessa ocupação como um espaço profundamente marcado pela precarização, desvalorização e exploração do trabalho e corpo feminino?

A historiadora Muaze (2016) oferece uma análise interpretativa fundamental para explicar tais permanências históricas. De acordo com a autora, a escravidão, os processos de abolição e as formas das relações de trabalho assumidas no pós-abolição são dimensões articuladas, visto que, “o serviço doméstico foi fartamente executado por escravas durante o Império”, tornando-se o ofício que mais “absorveu mulheres negras, ex-escravas, no pós-abolição” (Muaze, 2016, p. 66). Essa continuidade histórica, como postulado pela autora, sugere que a precarização contemporânea do trabalho doméstico não foi constituída como um fenômeno recente ou até mesmo excepcional, mas sim uma característica enraizada nas formas pelas quais a própria noção de trabalho doméstico foi inserida e historicamente organizada sob a escravidão (Souza, 2015).

Partindo dessa perspectiva, este artigo analisa o serviço doméstico no Rio de Janeiro, inserido no mercado de trabalho urbano, a partir dos anúncios de venda e aluguel de mulheres-mães escravizadas no *Jornal do Commercio* nos primeiros meses de 1870³. Os anúncios são aqui compreendidos como dispositivos históricos que não apenas informavam as transações comerciais nos Oitocentos, mas como constitutivos da produção e reprodução de concepções específicas de trabalho, gênero e raça. Ao transformar os corpos de mulheres escravizadas em mercadorias descritas por suas

² O estudo mencionado se refere ao desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Federação Internacional das Trabalhadoras Domésticas (FITH) e a Federação nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), publicado em abril de 2025.

³ A escolha do *Jornal do Commercio* justifica-se por sua posição como um dos principais periódicos de circulação na Corte ao longo do século XIX, caracterizado por sua forte inserção em dinâmicas comerciais, bem como a ampla publicação de anúncios de procura, venda e aluguel de pessoas escravizadas. O perfil do periódico analisado torna-se uma fonte privilegiada para identificar as práticas cotidianas do mercado escravista urbano, especialmente no que se refere ao serviço doméstico. O recorte temporal, correspondente aos meses de janeiro a abril de 1870, insere-se no estágio atual da pesquisa, ainda em desenvolvimento, constituindo-se como corpus inicial de análise, mas já permite a identificação de padrões discursivos e práticas de negociação, a serem posteriormente ampliados no decorrer do curso de doutorado.



habilidades domésticas, tais anúncios contribuem para a consolidação do serviço doméstico como um espaço profundamente feminino e racializado (Souza, 2015; 2024), em um contexto no qual o trabalho manual era amplamente associado à escravidão (Costa, 1979).

Este estudo se insere no campo da História Social da Escravidão e do Pós-Abolição, dialogando com autores que têm evidenciado as continuidades entre diferentes regimes de trabalho e a centralidade das experiências de sujeitos historicamente marginalizados (Chalhoub, 1990; 2012; Grinberg, 2002; Karasch, 2000; Rios, Mattos, 2005). Ao mesmo tempo, aproxima-se das contribuições da História Social do Trabalho (Terra e Popinigis, 2019; Thompson, 1981; 1998) especialmente em seu esforço de ampliar as noções de trabalho para além das categorias formais, incorporando experiências marcadas pela coerção, informalidade e racialização (Souza, 2015).

Metodologicamente, a pesquisa realiza uma análise qualitativa e documental a partir dos anúncios no *Jornal do Commercio*. Inspirada nos aportes teórico-metodológicos promovidos pelos(as) pesquisadores(as) Barros (2021), Capelato (2015) e Luca (2005), a imprensa é compreendida como uma fonte e objeto capaz de revelar valores sociais, hierarquias e práticas cotidianas. A análise dos anúncios permite identificar não apenas os ofícios que as trabalhadoras exerciam, mas também a presença, ausência ou pressão de seus vínculos familiares, em particular, o vínculo materno.

O texto encontra-se dividido em duas partes. Na primeira, examino a centralidade do serviço doméstico na escravidão urbana, evidenciando sua conformação como um espaço feminino e racializado. Por intermédio do *Jornal do Commercio*, analiso os anúncios de venda e aluguel, observando como a imprensa comercial estruturou e difundiu expectativas senhoriais sobre ofícios, condutas, atributos morais e disponibilidade corporal das trabalhadoras. Na segunda parte, proponho refletir sobre como a maternidade de mulheres escravizadas foi precarizada e inserida em constantes negociações na sociedade carioca, mobilizando nos anúncios averiguados, a instabilidade dos laços afetivos e as possíveis subordinações maternas às lógicas do serviço doméstico e do mercado escravista. Nesse sentido, o objetivo central deste estudo é analisar como o serviço doméstico na escravidão urbana produziu condições específicas para a vivência da maternidade, transformando-a em uma experiência negociada e atravessada por instabilidades. Argumento que os anúncios comerciais, para além de suas finalidades lucrativas, mercantilizavam também mães e filhos, podendo muitas vezes, desestabilizar vínculos já constituídos.

De casa em casa, de rua em rua: mulheres escravizadas e o serviço doméstico no *Jornal do Commercio* (1870)

Ao longo do século XIX, o Rio de Janeiro se consolidou como um dos principais centros urbanos escravistas. Capital do Império e cidade portuária, a sede da Corte concentrava uma numerosa população escravizada inserida em múltiplas atividades econômicas (Alencastro, 1997; Karasch, 2000). Distinta do regime de *plantation*, associada aos espaços rurais, a escravidão urbana se estruturava a partir da





fragmentação de ofícios e da circulação constante de pessoas cativas pela cidade, atendendo às demandas do cotidiano citadino (Dias, 1995; Soares, 2007).

Nesse contexto, o espaço doméstico assumiu centralidade como lócus privilegiado de exploração do trabalho escravizado, sobretudo de mulheres. Como demonstrado por Souza (2020), o serviço doméstico não se constituía como um setor marginal da escravidão urbana, mas sim uma engrenagem fundamental para a manutenção material e simbólica da vida senhorial, presente entre grandes, médios e pequenos proprietários. Os domicílios, portanto, não se configuravam apenas como espaços privados, mas operavam como territórios marcados por poder, articulando disciplina, vigilância e coerção cotidiana (Graham, 1992).

Nessa perspectiva, torna-se fundamental compreender quem exercia os serviços domésticos. A partir da análise do primeiro censo nacional brasileiro, realizado em 1872, Souza (2020) demonstrou que, na cidade do Rio de Janeiro, embora os escravizados estivessem distribuídos em diferentes setores ocupacionais, a maioria estava alocada no serviço doméstico. Segundo a autora, 41% dos escravizados urbanos no Rio de Janeiro, no início da década de 1870 – cerca de 22.842 pessoas – estiveram “empregados na prestação de serviços pessoais nos domicílios”, expressos quantitativamente em 14.184 mulheres e 8.658 homens (Souza, 2020, p. 79). Os dados estudados pela historiadora evidenciam que o serviço doméstico foi majoritariamente um espaço feminino, no qual mulheres cativas constituíam o principal contingente responsável pela manutenção da vida cotidiana.

A vida urbana carioca, caracterizada essencialmente pela pequena e média propriedade escravista e pelo amplo engajamento feminino nos serviços domésticos, modelou as experiências cotidianas de mulheres-mães-escravizadas. As atividades voltadas para a manutenção do espaço doméstico, envolvendo a limpeza da casa, despejo do lixo, provimento de água, lavagem, engomado e costura de roupas, assim como a amamentação e cuidados de crianças pequenas, constituíam as formas centrais de inserção das mulheres escravizadas no mundo urbano (Telles, 2022a).

Por intermédio da disseminação do aluguel de trabalhadores e trabalhadoras, a prática comercial urbana imprimia marcas específicas aos corpos femininos. O aluguel, arena lucrativa de senhores e senhoras para extrair rendimentos contínuos dos corpos escravizados, permitia que os (as) proprietários (as) escravistas não perdessem o título legal de propriedade escravizada (Karasch, 2000). A transferência temporária do aluguel consistia no uso da força de trabalho escravizada através de um acordo particular, realizado entre locadores e locatários, como analisado por Karasch (2000) e Soares (2007). A inevitável circulação de mulheres escravizadas em outros domicílios implicava também a exposição vulnerável às múltiplas formas de controle e violência (Graham, 1992).

A funcionalidade do mercado de aluguel de mulheres cativas operava segundo lógicas próprias, nas quais o corpo feminino era avaliado não apenas por sua capacidade produtiva e laboral, mas também por atributos morais e comportamentais. Souza (2012) observou que o aluguel de trabalhadoras domésticas pressupunha a incorporação integral do tempo da escravizada às rotinas do domicílio, diluindo as





fronteiras entre trabalho e vida cotidiana. Nesse cenário, a imprensa desempenhou papel fundamental como mediadora deste mercado. Jornais de grande circulação, como o *Jornal do Commercio* – periódico caracterizado por sua finalidade jornalística e mercantil –, tornaram-se espaços privilegiados para a publicação de anúncios de venda, aluguel e procura de pessoas escravizadas.

Os anúncios não apenas informavam os ofícios desempenhados, mas também explicitavam expectativas senhoriais quanto às funções, condutas e qualidades da trabalhadora escravizada. A partir desse enquadramento, proponho examinar tais anúncios não apenas como registros comerciais, mas também como dispositivos que produziam e difundiam hierarquias sociais e formas específicas de exploração. O serviço doméstico, como será argumentado nas próximas páginas, configurava-se como um campo marcado pela indeterminação funcional, pela polivalência e pela incorporação do tempo e do corpo da trabalhadora à rotina senhorial (Souza, 2012; 2020; 2024).

O levantamento parcial de anúncios de venda e aluguel de pessoas escravizadas, publicados no *Jornal do Commercio* no período de janeiro a abril de 1870, apresenta a predominância de atividades vinculadas ao serviço doméstico feminino no mercado urbano carioca. Os dados averiguados até o momento da pesquisa permitem observar padrões consistentes quanto às funções atribuídas às mulheres anunciadas e às expectativas senhoriais que estruturavam esse mercado. Nos 232 anúncios analisados, ofícios relacionados à manutenção cotidiana da casa se sobressaem, como as funções de cozinheira (95 ocorrências), engomadeira (93 ocorrências) e lavadeira (92 ocorrências). Cozinhar, lavar e engomar constituíram o núcleo duro do serviço doméstico feminino, sendo ofícios indispensáveis para o funcionamento da vida senhorial.

Entre tais funções, destaca-se o ofício de ama de leite, com 81 ocorrências de anúncios. A expressividade numérica pode ser explicada pela centralidade do corpo feminino escravizado como mediador da sobrevivência infantil, ainda que tal função carregasse implicações particulares, sobretudo no que tange ao próprio exercício materno da mãe-ama de leite alugada e/ou vendida (Santos, 2023). Outras atividades laborais foram constatadas em menor quantidade, como as costureiras (18 ocorrências), mucamas (11 ocorrências), carregadoras de água (1 ocorrência), realizadoras de compras (1 ocorrência). A baixa incidência tende a indicar o caráter restrito destes ofícios nos anúncios, mas também aponta uma característica central: a possibilidade de mulheres realizarem mais de uma atividade⁴.

Por exemplo, um único anúncio poderia indicar a possibilidade de uma trabalhadora realizar diversas atividades voltadas para o cuidado e manutenção da casa, como o publicado no dia 25 de janeiro de 1870: “Aluga-se, com filho, ama preta fiel, por 25\$, cozinha, lava, engoma e carrega água; na rua do Senado, n.5” (*Jornal do Commercio*, 1870, ed. 25). A ama preta do anúncio seria responsável por amamentar uma outra criança, cozinhar, lavar, engomar e carregar água. Essa elasticidade de ofícios é

⁴ Embora a quantidade catalogada até o momento seja de 232 anúncios, os ofícios ocupados pelas trabalhadoras ultrapassam tal quantidade, uma vez que estás eram apresentadas com uma variedade de tarefas possíveis de serem executadas. Saliento também que, durante a catalogação, foram descartados os anúncios que se repetiam em dias seguintes.





passível de ser conferida em anúncios que apresentam formulações vocabulares genéricas, como “todo o serviço de casa” (26 ocorrências); “prendada” (7 ocorrências) e “diversos”⁵ (1 ocorrência). Essas categorias, longe de indicarem a ausência de um trabalho definido, apontam para uma expectativa de polivalência absoluta, em que o corpo feminino escravizado deveria ser um corpo disponível para a execução de quaisquer serviços domésticos necessários. A expressão “serviço de casa” e/ou “todo o serviço” implicam em uma categoria ampla e elástica, capaz de abarcar um conjunto diversificado de tarefas.

No dia 14 de janeiro de 1870, o periódico publicou o seguinte anúncio:

Aluga-se uma senhora de meia idade, para casa de algum senhor viúvo, para **todo [o] serviço**, menos lavar, levando em sua companhia uma filha de 11 anos, na rua d[*a*] Santa Rosa, n.28 (*Jornal do Commercio*, 1870, ed. 14). Grifos autorais.

A repetição, mas com vocábulos diferentes, ocorreu também em um anúncio de venda, publicado no dia 26 do mesmo mês: “Vende-se uma crioula de 19 a 20 anos, com um filho de 18 meses, chegada da roça, com princípios de serviços domésticos, de bonita figura e de perfeita saúde, na rua do Lavradio, n.110” (*Jornal do Commercio*, 1870, ed. 26). Não especificar o ofício exercido, ou até mesmo exacerbar as qualidades de uma trabalhadora, reforça a hipótese de que tanto os anunciantes quanto os locatários e compradores podiam utilizar a disponibilidade integral de uma trabalhadora, cujo tempo e corpo eram mobilizados conforme a necessidade e interesse do domicílio (Sbravati, 2018; Souza, 2012).

A exacerbação do ofício realizado pela trabalhadora atuava também como uma estratégia, seja em prol de uma rentabilidade maior no aluguel, ou mais expectativas de lucro quando em venda (Martins, 2006). Uma trabalhadora, descrita na função de mucama, foi anunciada no dia 31 de janeiro de 1870, e nele é possível analisar com maior precisão o que está sendo chamado de exacerbação de ofícios e suas respectivas qualidades:

Aluga-se na rua Velha de S. Diogo, n.19, uma perfeita mucama, lava muito bem, engoma roupa de homem e de senhora perfeitamente, cozinha muito bem e faz muitos doces, veste e prega uma senhora, porém, não sai à rua senão em companhia da família da casa; leva um filho de 4 anos que nada estorva seu serviço (*Jornal do Commercio*, 1870, ed. 31).

Na medida em que determinados anúncios do periódico não indicavam com precisão os serviços que tais mulheres exerceriam ao adentrar em novos lares, outros enfatizavam demasiadamente as habilidades que as trabalhadoras possuíam. Essa

⁵ Na catalogação enquanto “diverso”, trata-se de um anúncio em específico, em que o anunciante publicou uma venda com mais de sete escravizados. Nesse anúncio, três mulheres-mães foram vendidas com ou sem seus filhos, e as três mulheres realizavam os ofícios voltados para a manutenção do lar. Ver: *Jornal do Commercio*, 01/03/1870, ed. 60.



indeterminação funcional indica a expectativa de que as escravizadas estivessem aptas para a execução de qualquer trabalho considerado necessário para locatários e/ou compradores, sem delimitação clara de funções, jornadas ou responsabilidades.

A ausência de circunscrição das tarefas específicas está longe de significar indefinição, mas sim um princípio estruturante dessa forma de exploração do trabalho. Ao contrário do que ocorria em ofícios urbanos mais claramente definidos – em particular os que requeriam maior especialização do ofício (Sbravati, 2018) –, os trabalhos que envolviam a manutenção do lar e/ou da vida cotidiana daqueles que no domicílio viviam, pressupunham a incorporação do tempo da trabalhadora cativa à rotina da nova casa senhorial que iria adentrar.

A ênfase recorrente à multiplicidade de habilidades também contribui para compreender a lógica de valoração dessas trabalhadoras no mercado urbano. O *Jornal do Commercio*, no dia 15 de fevereiro de 1870, publicou o seguinte anúncio de venda:

Vende-se, de particular, uma boa preta de nação, moça, com um filho de 11 meses, sendo a preta perfeita engomadeira de roupa de homem e de senhora, faz tuyantê, lava, cozinha com perfeição; dá-se em contento depois de justa; na rua do Espírito-Santo, n.11 (*Jornal do Commercio*, 1870, ed. 46).

A preta de nação em questão, posta à venda com seu filho ainda de colo, é representada como uma boa escravizada, ainda moça – possivelmente útil para o futuro comprador –, que é capaz de engomar, costurar, lavar e cozinhar. Todas essas possíveis qualidades são apresentadas como acumuláveis. Uma mulher, ainda jovem, mãe de uma criança pequena, detém várias qualidades acumuladas em um único corpo.

Tal acúmulo, no entanto, não deve ser interpretado como um reconhecimento ou uma diferenciação positiva do trabalho, mas como um elemento constitutivo de maior exploração. Como explicou Martins (2006, p.30), os anúncios de compra, venda e aluguel indicam ideias em torno da “exacerbação das qualidades dos escravos. Estas imagens assinalavam a ambiguidade presente na imprensa”. Ao desenvolver sua argumentação, Martins (2006, p.30), chamou a atenção para a construção de uma boa imagem do cativo, ressaltando que: “[...] os anúncios de compra, venda e aluguel produziam uma imagem ‘positiva’ dos escravos, procurando conquistar o leitor e chamar atenção para o objeto anunciado”. A criação de códigos próprios para o aluguel e a venda de escravizados como um “bom negócio” escancara também a própria linguagem da violência senhorial (Martins, 2006).

Para além das questões em torno de informações de ofícios e multiplicidades de trabalhos atribuídos às mulheres escravizadas, observa-se também a construção reiterada de um ideal normativo de “boa” escravizada, com uma conduta correta. Essa linguagem colonial não se define apenas pela execução de tarefas domésticas com eficiência, mas pela incorporação de atributos morais e comportamentais que, supostamente, garantiriam a segurança e o controle aos compradores e/ou locatários. Em janeiro de 1870, o periódico analisado realizou a seguinte publicação de venda:





Vende-se, de uma pessoa que [se] retira, uma excelente escrava, parda escura, de **boa figura**, bem robusta, bem sadia e de **boa conduta**, a melhor que se pode desejar, com um filho de 4 anos, mui[to] lindo, é perfeita engomadeira de toda a roupa, perita lavadeira, boa cozinheira e cose bem; informar-se na rua do Senado, n.5 (*Jornal do Commercio*, 1870, ed. 7). Grifos da autora.

Tal situação se repetiu poucos meses depois, em março do mesmo ano:

Vende-se, decididamente uma preta de 28 a 30 anos de idade, que lava, engoma e cozinha, é sadia e de **qualidade afiançada**; leva consigo uma filha pardinha de dois anos, muito linda, seu preço é de 1:500\$, para tratar, na rua do Príncipe de Niterói, n.102 (*Jornal do Commercio*, 1870, ed. 60). Grifos da autora.

Termos como “boa”, “bonita figura”, “sadia”, “boa conduta”, operavam como marcadores simbólicos de confiabilidade, compondo uma gramática própria da escravidão doméstica. A recorrência destas expressões evoca uma espécie de adequação às expectativas senhoriais, em que, a boa escravizada, ou melhor, a boa trabalhadora, é aquela cujo corpo e conduta minimizam riscos, conflitos e resistências no interior do domicílio. Silva (2004) em seu estudo sobre as mulheres trabalhadoras em Recife, observou representações semelhantes, em particular sobre predicados que envolviam os bons costumes e a honra. Para o autor, estes atributos morais “povoaram a linguagem dos senhores/as de escravas, dos contratantes de domésticas e vendeiras e a delas próprias” (Silva, 2004, p. 16).

A concepção de moralidade, nesse contexto, torna-se um elemento central de valoração do corpo feminino, isto é, o que atribui valor ao corpo escravizado no mercado de trabalho urbano. Menções à aparência, como o “bonita figura”, encontram-se longe de ser uma referência à beleza, mas um comunicado sobre sua higiene e a adequação ao convívio domiciliar. A higiene torna-se um elemento ambíguo, pois, para as mulheres que realizavam outros ofícios – como mucamas, cozinheiras, lavadeiras, engomadeiras, costureiras – servia como uma demonstração do corpo funcional, capaz de sustentar jornadas extensas de trabalho e demandas múltiplas. No entanto, para as amas de leite, nutrizas ou mães-pretas, a questão referente à higiene foi incisiva, visto que elas se tornaram alvos de constantes críticas da medicina higienista. A higiene e saúde para as nutrizas referem-se não só à sua capacidade laboral, mas também à própria qualidade do leite. Nos anúncios, o que confere à capacidade de uma “boa ama de leite” é percebido na descrição a qualidade e idade do leite, assim como a presença e/ou ausência dos filhos biológicos da ama e os seus cuidados com a criação de crianças:



Aluga-se uma parda para ama, muito carinhosa, com muito e bom leite, de poucos dias, boa figura e muito limpa; na rua Direita n.48, sobrado (*Jornal do Commercio*, 1870, ed. 46).

Aluga-se uma ama de leite, muito carinhosa e asseada, com leite de 4 meses, por cômodo preço por levar a filhinha; na rua Larga n.128 (*Jornal do Commercio*, 1870, ed. 65).

Vende-se uma parda escura, boa ama, com muito bom leite de quinze dias, limpa, bonita figura, prendada, de bom gênio e sem defeitos, na rua do Aqueduto n.4B, Santa Teresa (*Jornal do Commercio*, 1870, 67).

A ambiguidade da saúde no caso das amas de leite é um reflexo das medidas médico-higienistas que reverberaram na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em particular, na segunda metade do século XIX. Embora os profissionais da medicina desaconselhassem o ofício de amas de leite, os mesmos reconheciam em seus trabalhos que a prática de delegação à escravizada de nutrir filhos de outrem era uma realidade da sociedade, bem como consideravam que tal forma de aleitamento poderia ser benéfica quando a mãe biológica estivesse impossibilitada de amamentar (Carneiro, 2006; Santos, 2022; 2023).

A construção da figura da “boa” trabalhadora escravizada não operava apenas no plano simbólico ou moral, mas também se articulava à uma lógica econômica da escravidão urbana. A associação entre múltiplas habilidades, boa conduta, saúde impecável e aparência adequada conformava um regime de valoração de um corpo já expropriado de liberdade, mas que gerava riquezas para seus senhores e/ou senhoras. A boa trabalhadora, neste contexto, pode ser traduzida como aquela cujo corpo se apresentava como disponível, mas disciplinado, funcional e eficiente, capaz de aguentar jornadas extensas de trabalho, acumular tarefas e, no caso das amas de leite, converter sua própria capacidade reprodutiva e nutritiva em mercadoria.

A análise dos anúncios do *Jornal do Commercio* evidencia que o serviço doméstico feminino escravizado, longe de constituir um conjunto estável de funções, operava segundo uma lógica ampla de disponibilidade corporal. Contudo, a mobilização incessante do corpo feminino não incidia apenas sobre a dimensão laboral: ela atravessava diretamente as experiências de maternidade dessas mulheres, sobretudo quando a presença dos filhos poderia se tornar um agravante em suas experiências, sendo condicionadas ou negociadas nos próprios anúncios. Ao anunciar mulheres com seus filhos, mesmo que em negociação, a imprensa comercial torna visível a precarização de laços maternos e a construção de laços afetivos no interior da escravidão urbana. É a partir dessa articulação entre trabalho doméstico, circulação urbana e mercantilização das relações familiares que o próximo tópico deste artigo se debruça, examinando como as maternidades de mães escravizadas foram submetidas a regimes de negociação, coerção e ruptura no mercado urbano do Rio de Janeiro Oitocentista.



Laços precarizados: maternidades e afetos em negociação

Vendem-se os seguintes escravos: uma elegante parda prendada, ama de leite de primeiro parto, com leite de dois meses e com 15 a 16 anos; uma dita de 25 anos, com leite de seis meses; uma dita prendada, com um filho de seis anos, e só se vende para casa de família; uma preta prendada com um bonito filho de oito anos, vende-se juntos ou separados [...] informar-se, por favor, na rua da Alfândega, n.297 (*Jornal do Commercio*, 1870, ed. 52).

No dia 21 de fevereiro de 1870, mulheres foram postas à venda na Rua da Alfândega. Nelas, quatro mães estiveram expostas à possibilidade concreta da dissolução dos vínculos afetivos construídos com seus filhos. A centralidade do serviço doméstico no corpo feminino, no contexto da escravidão urbana, implicou não apenas a intensificação da exploração do trabalho, mas também uma reconfiguração violenta das experiências maternas (Telles, 2020; 2022b).

Nos últimos anos, uma vertente historiográfica mais recente tem se dedicado aos estudos de gênero e escravidão, apontando uma miríade de desafios relacionados ao livre exercício da maternidade de mães escravizadas (Cowling *et al.*, 2020; Machado *et al.*, 2021). Sob diferentes circunstâncias e manifestações no cativeiro, as maternidades de mães escravizadas estiveram marcadas pelas constantes separações forçadas, pelo retorno precoce ao trabalho após o parto, pela impossibilidade de amamentação integral dos filhos e pela negligência senhorial em relação à vida e à saúde de bebês e crianças cativas (Schwartz, 2000). Sistemáticamente atravessados por práticas mercantis, os vínculos entre mães e filhos foram continuamente submetidos a condições instáveis, tornando a gestação, o parto e o pós-parto um terreno em plena disputa.

Nessa perspectiva, Glenn (1994) propõe compreender a maternidade como um campo contestado, cuja experiência é atravessada por relações raciais e econômicas. A autora argumenta que a ideia de maternidade como um trabalho universal feminino encobre também suas distribuições desiguais, uma vez que diferentes dimensões do cuidado são atribuídas a grupos distintos de mulheres. Em contextos de desigualdades, mulheres negras e empobrecidas – e aqui, mulheres escravizadas – são (e foram) frequentemente compelidas a negligenciar seus próprios filhos para cuidar dos filhos de outrem. Dialogando com Glenn (1994), Collins (1994) destaca que “a dominação racial e exploração econômica moldam profundamente o contexto materno” (Collins, 1994, p. 45), tornando a maternidade um local em que mães, desprovidas de direitos e/ou condições econômicas, precisam disputá-la para reconhecimento e legitimidade.

A partir desse enquadramento, em que a maternidade é um campo pleno de disputas, pensar a maternidade de mulheres escravizadas no contexto urbano implica compreendê-la como uma experiência atravessada por coerções, negociações e relações de poder. Longe de constituir um espaço privado ou exclusivamente afetivo, essa dimensão da vida foi continuamente moldada pelas necessidades e circunstâncias com que as mães cativas se encontravam, fossem elas do mercado de trabalho ou das expectativas senhoriais.





Na análise dos anúncios publicados nos primeiros meses de 1870 no *Jornal do Commercio*, a presença ou a ausência dos filhos, a idade das crianças e as condições de permanência junto às mães emergem como elementos que tornam esses vínculos permanentemente instáveis. Ao analisar a imprensa comercial, a historiadora Telles (2020, p. 101) enfatizou que a presença dos bebês e de crianças pequenas “deixam entrever uma realidade pouco visibilizada acerca da vida das mulheres africanas e crioulas: sobre elas recaiu a dupla responsabilidade de trabalhadora e mãe”.

Nesse cenário, ao mediar a circulação de mulheres entre diferentes domicílios, o periódico analisado converte a maternidade em uma variável negociável, sujeita a avaliações econômicas, morais e funcionais. Dentre as diversas expressões que muitos anúncios carregam, a condição de trabalhadora e mãe, como exposto por Telles (2020), ecoa em todas as categorias. Como cuidar dos seus filhos e filhas quando se adentrava em um lar completamente desconhecido? Como manter uma dinâmica de trabalho quando se tinha uma criança pequena para olhar, cuidar e alimentar? Como mães, em especial postas à venda com ou sem seus filhos, conseguiram manter relações afetivas com seus rebentos por anos? Como um anúncio podia dismantelar uma vida inteira construída em prol de referenciais próprios de maternagem?

Nos anúncios analisados, a presença das crianças aparece de forma recorrente, porém com profundas assimetrias narrativas. Quantitativamente, foram catalogados até o momento 157 anúncios com a expressão “com filho” e 11 anúncios que demarcavam definitivamente a ausência do filho, com a expressão “sem filho”. Dentre as possibilidades emergentes em anúncios que não explicitam se a criança iria acompanhar a mãe ou não, 34 sugerem que os filhos não acompanhariam suas mães⁶, e 18 anúncios possibilitam imaginar que a criança adentraria os lares junto com suas mães⁷. Nove anúncios remetem a concepções de que a presença da criança dependeria do locatário e/ou do comprador, marcados pela expressão “juntos ou separados”.

Em expressões como “com filho” ou “com cria”, surgem como complementos informativos, quase sempre deslocando a narrativa do anúncio, sem nenhum envolvimento informativo da criança e/ou do seu destino. O anúncio em si não se estrutura em torno da maternidade, tampouco da infância; no entanto, dá margem significativa para pensá-la como uma relação subordinada à apresentação do corpo feminino como força de trabalho, redimensionando-nos para a percepção de Telles (2020): trabalhadoras e, ao mesmo tempo, mães.

⁶ Em virtude da ausência de qualquer expressão que possa sugerir essa desagregação próprio periódico, a autora catalogou como “possibilidade de separação”.

⁷ Catalogado como “possibilidade de estar junto com a mãe”. Nestes em específico, consideram-se anúncios, em especial de aluguel, que precificam o ofício e a trabalhadora de forma mais cômoda.



Aluga-se uma escrava, parda, com um filho, sabendo lavar e engomar perfeitamente; na rua de S. José, n.71 (*Jornal do Commercio*, 1870, ed. 51).

Vende-se uma preta de nação, com três lindas filhas de 6, 4, e 2 anos, perfeita cozinheira; é a segunda vez que é vendida; na rua do Mercado, n.19 (*Jornal do Commercio*, 1870, ed. 67).

A partir dos anúncios, percebe-se que a criança, assim como a mãe, não é citada pelo nome⁸. A idade, às vezes ocultada, mostra-nos que quando é afirmada cumpre uma função pragmática: indica que se a criança muito pequena for, dependeria da mãe; já se maior fosse, estaria em condições de também ser um (a) trabalhador (a). A precarização, dessa forma, não se estende apenas à via materna, mas também à infância e adolescência, em que, desde cedo, crianças foram ensinadas a servir. A maternidade, assim, é registrada não como um vínculo, mas sim como uma circunstância da própria escravidão (Machado, 2018).

Dessa forma de enunciação transparece uma operação simbólica: a criança não é sujeito do anúncio, tampouco é destinada aos cuidados. A criança é um ser variável no interior da negociação. A maternidade não é o objetivo central dos anúncios, porém, tal relação não desaparece, mas, nessa ótica discursiva, ela é neutralizada. Ela comparece na medida em que pode interferir de forma positiva ou negativa na produtividade da trabalhadora. Outras expressões que emergem nos anúncios enfatizam o quão o fruto do ventre escravizado era um sujeito variável na negociação: “Aluga-se uma preta que lava, cozinha bem e engoma liso; aluga-se muito barato por levar um filho de dez meses, que não estorva no serviço; na rua do Livramento, n.110” (*Jornal do Commercio*, 1870, ed. 15). O anunciante, ao explicitar no anúncio que um bebê de dez meses em nada estorvaria o serviço da mãe – bem como em alugá-la a um preço mais barato –, além de justificar a presença de uma criança pequena, antecipa as possíveis objeções do comprador. A necessidade de informar que o filho não atrapalharia, demonstra que a maternidade fora percebida como um obstáculo potencial ao trabalho, um risco que precisaria ser controlado, minimizado, ou, como no anúncio anterior, compensado economicamente.

Nesse sentido, o que é possível inferir a partir da análise das fontes, é que a maternidade só é admissível quando submetida a condições específicas: ela deve ser silenciosa, funcional e invisível (Muaze, 2018). O corpo materno precisaria permanecer plenamente disponível, capaz de sustentar extensas jornadas de trabalho, circular entre os domicílios, cozinhar, lavar e engomar, mas carregando um bebê de dez meses no colo. Os anúncios, ao afirmarem que as mães adentrariam os lares alheios com seus rebentos, produzem também um espaço inexistente para a maternidade de mulheres cativas. A maternidade não é reconhecida como uma experiência legítima, digna de cuidados, mas um elemento a ser administrado. O que se negocia entre tantos anúncios de venda e aluguel não é apenas o trabalho a ser exercido pelas trabalhadoras em

⁸ Saliento para os(as) leitores(as) que, no *Jornal do Commercio* o nome dos proprietários não constava nos anúncios de venda e/ou aluguel.





diferentes ofícios, mas os limites socialmente aceitáveis da existência de seus laços maternos.

Se em determinados anúncios, a maternidade só se torna admissível quando neutralizada, percebida como uma condição agravante ao exercício de trabalhos, há momentos em que ela deixa de ser tolerada sob condições e passa a ser explicitamente colocada em disputa. A linguagem comercial do periódico analisado não apenas administra a presença das crianças quando aceitas, mas torna os próprios laços maternos em objetos diretos de negociação, precificação e ruptura. Na catalogação dos anúncios, nove ocorrências foram marcadas como “juntos ou separados”, uma vez que, os anunciantes demarcavam que a venda e/ou aluguel de mães e filhos, seria uma determinação do comprador ou locatário. A expressão “vende-se juntos ou separados” revela que a manutenção ou dissolução das relações maternas seria uma possibilidade em aberto, sujeita à conveniência daqueles que a compraria ou contrataria seus serviços.

Nesse cenário, a maternidade não se configura apenas como uma circunstância acessória do serviço doméstico, mas emerge como um vínculo vulnerável à lógica mercantil. Essa perspectiva evidencia a fragmentação deliberada, em que afetos, corpos maternos e crianças podiam ser separados conforme os interesses do mercado escravista. Os anúncios publicados em março de 1870, que reúnem mulheres e crianças sob a condição de venda e aluguel conjunta ou separada, evidenciam a lógica da dissolução de famílias:

Vende-se para liquidação de conta[s] de venda, os escravos seguintes chegados do Norte, sendo quatro pardas, tendo uma com um filho de quatro meses, e servem para a roça ou serviço de casa para quem as queira aperfeiçoar e por isso darão em conta [...], vendem-se juntos ou separados, à vontade dos Srs. Compradores, para ver e tratar, na rua do Espírito Santo, n.11” (*Jornal do Commercio*, 1870, ed. 67).

Aluga-se uma preta na rua da América n.46 com um filho ou sem ele, sabendo fazer todo o serviço (*Jornal do Commercio*, 1870, ed. 80).

Os anúncios, ao explicitarem que a permanência da criança junto à mãe poderia ser definida a partir daqueles que a comprassem ou alugassem, evidenciam que a maternidade não constituía um direito ou uma experiência estável. Ao contrário, emergem como uma condição sujeita à avaliação de terceiros. Observa-se também que, não apenas o trabalho feminino era objeto de negociação, mas também a própria possibilidade de continuidade com vínculos afetivos e maternos, que podiam ser mantidos, suspensos ou rompidos. Essa lógica desloca a maternidade do campo das relações afetivas para o campo das decisões mercantis e econômicas. O fruto do ventre deixa de ser um elemento do anúncio e passa a se configurar como um objeto de negociação, podendo ser incluído ou excluído da transação. A naturalização de tais escolhas revela o grau de precariedade que marcava as experiências maternas no cativeiro urbano, em que a separação era uma possibilidade permanente, inscrita no horizonte dessas mulheres.





Considerações finais:

A análise dos anúncios de venda e aluguel de mulheres escravizadas publicados no periódico comercial *Jornal do Commercio* nos primeiros meses de 1870, permitiu evidenciar como o serviço doméstico urbano constituiu um espaço fundamental da escravidão urbana no Rio de Janeiro, profundamente marcado em corpos negros e femininos. Ao descrever minuciosamente habilidades, condutas morais e disponibilidade corporal das trabalhadoras, os anúncios não apenas operacionalizavam transações comerciais, mas também produziam e difundiam expectativas senhoriais sobre o lugar social dessas mulheres, consolidando o serviço doméstico como um campo de exploração cotidiana e de controle.

Nesse cenário, as maternidades vivenciadas por mulheres cativas emergem como uma experiência sistematicamente precarizada, silenciada, atravessada por instabilidades, separações e negociações constantes. Os anúncios analisados revelam como a presença ou a ausência de filhos (as) era mobilizada conforme os interesses do mercado escravista, evidenciando que mães e crianças eram mercadorias de forma conjunta ou dissociada, a depender da conveniência senhorial. A maternidade, neste contexto, não se configurou como um direito, tampouco uma esfera a ser protegida, mas sim como um território em disputa, uma dimensão subordinada às lógicas do serviço doméstico e da própria matriz da escravidão.

Ao inscrever a presença de crianças como um elemento acessório, frequentemente reduzido a informações pragmáticas, os anúncios evidenciam uma operação discursiva que desloca a infância do campo dos cuidados para a funcionalidade. A criança não comparece como sujeito, mas é uma variável interna da negociação, cuja permanência é condicionada a critérios extremos. Essa configuração reforça não apenas a precarização das experiências maternas, mas também a incorporação precoce de crianças às dinâmicas de exploração, ampliando os efeitos da escravidão para além do trabalho imediato das mulheres. A presença ou a ausência de seus filhos, inscrita nos termos dos anúncios, evidencia que a continuidade das relações afetivas muitas vezes era mantida ou reorganizada nos limites do interior da escravidão urbana.

Dessa forma, a análise dos anúncios permite compreender que, no contexto da escravidão urbana, a maternidade de mães escravizadas foi continuamente atravessada por práticas que a tornavam funcional às exigências do trabalho e vulnerável à ruptura. Ao ser continuamente atravessada por critérios econômicos e pela organização do serviço doméstico, ela se constituiu sob condições que limitavam sua estabilidade e submetiam seus vínculos à possibilidade permanente de rearranjos ou rupturas.



Fontes:

Jornal do Commercio, 1870, edições: 7; 14; 15; 25; 26; 31; 46; 51; 52; 60; 65; 67; 80.

Referencial bibliográfico:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. IN: NOVAIS, Fernando (Coord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.). **História da vida privada no Brasil**: Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

BARROS, José d'Assunção. Sobre o uso dos jornais como fontes históricas: Uma síntese metodológica. **Revista Portuguesa de História**, v. 57, p. 397-419, jan./dez. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Cuidados e Família. **As Trabalhadoras Domésticas Remuneradas São Trabalhadoras do Cuidado. Elas Têm o Direito a Cuidar, a Ser Cuidadas e ao Autocuidado**. Brasília: MDS, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/ptbr/orgaos/SNCF/publicacoes/trabalhadoras_domesticas_remuneradas.pdf>. Último acesso em: 8 fev. 2026.

CAPELATO, Maria. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Maria; PRADO, Maria Lígia (Orgs.). **História das Américas**: fontes e abordagens historiográficas. São Paulo: Humanitas: CAPES, 2015.

CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. **Procura-se “Preta, com muito bom leite, prendada e carinhosa”**: uma cartografia das amas-de-leite na sociedade carioca (1850-1888). Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, 2006.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 3ª edição, 2012.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COLLINS, Patricia Hill. Shifting the center: race, class, and feminist theorizing about motherhood. IN: CHANG, Grace; FORCEY, Linda Rennie; GLENN, Evelyn Nakano (orgs.). **Mothering**: ideology, experience, and agency. New York: Routledge, 1994.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

COWLING, Camillia; MACHADO, Maria Helena Toledo; PATON, Diana; WEST, Emily. (Orgs.). **Motherhood, Childlessness and the Care of Children in Atlantic Slave Societies**. London: Routledge, 2020.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2ª edição, 1995.

GLENN, Evelyn Nakano. Social constructions of mothering: a thematic overview. IN: CHANG, Grace; FORCEY, Linda Rennie; GLENN, Evelyn Nakano (orgs.). **Mothering**: ideology, experience, and agency. New York: Routledge, 1994.



GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência**: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GRINBERG, Keila. **O fiador dos brasileiros**: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2002.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MACHADO, Maria Helena *et. al.* (org.). **Ventres Livres?** Gênero, maternidade e legislação. São Paulo: Editora UNESP, 2021.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Mulher, corpo e maternidade. IN: **Dicionário da escravidão e liberdade**. SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). São Paulo: Companhia das Letras, 1ª edição, 2018.

MARTINS, Bárbara Canedo Ruiz. **Amas-de-leite e mercado de trabalho**: descortinando práticas e sujeitos (Rio de Janeiro, 1830-1890). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – Programa de Pós-Graduação em História Comparada, 2006.

MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. “O que fará essa gente quando for decretada a completa emancipação dos escravos?” – Serviço doméstico e escravidão nas plantations cafeeiras do Vale do Paraíba. **Almanack**, n.12, 2016.

MUAZE, Mariana. Maternidade silenciada: amas de leite no Brasil escravista, século XIX. OSÓRIO, Helen; XAVIER, Regina Celia Lima. (org.) **Do tráfico ao pós-abolição**: Trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil. São Leopoldo: Oikos, 2018.

RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. **Memórias do Cativo**: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. RJ: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Nubia Sotini dos. Normatizar e higienizar: o saber médico contra o ofício das amas de leite. **Revista de História da UEG**, Morrinhos, v. 11, n. 1, e-112211, jan./jun. 2022.

SANTOS, Nubia Sotini dos. **Parindo a nação?** Maternidades, amamentação e o discurso médico higienista na Corte Imperial (Rio de Janeiro, décadas de 1870 e 1880). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2023.

SBRAVATI, Daniela Fernanda. **“Frutos do suor”**: relações de exploração, produção e dependência do Trabalho Doméstico na corte Imperial. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2018.

SCHWARTZ, Marie Jenkins. **Born in bondage**: growing up enslaved in the Antebellum South. Harvard University Press, 2000.





SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. **Pretas de Honra**: trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do Século XIX (1840-1870). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, História, 2004.

SOARES, Luiz Carlos. **O “Povo de Cam” na Capital do Brasil**: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX. Rio de Janeiro: FAPERJ, 7Letras, 2007.

SOUZA, Flavia Fernandes de. Trabalho doméstico: considerações sobre um tema recente de estudos na História Social do Trabalho no Brasil. **Revista Mundos do Trabalho**, vol.7, n.13, 2015.

SOUZA, Flavia Fernandes de. Do trabalho de servir ao trabalho remunerado: definindo o serviço doméstico a partir da história (Brasil, Rio de Janeiro, c. 1850 a 1950). **História** (São Paulo), vol.43, 2024.

SOUZA, Flavia Fernandes de. Escravizados, livres e endividados: os criados domésticos e seus arranjos de trabalho na cidade do Rio de Janeiro entre 1850 e 1888. IN: FREIRE, Jonis; CARULA, Karoline (orgs.) **Raça, gênero e classe**: trabalhadores(as) livres e escravizados(as) no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2020.

SOUZA, Flavia Fernandes. Escravas do lar: mulheres negras e o trabalho doméstico na Corte Imperial. IN: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flavio (orgs.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012.

TELLES, Lorena Féres da Silva. “Por ter um filho de cinco meses que não a priva de trabalhar”: mulheres escravizadas, amamentação e trabalho urbano no Rio de Janeiro (1830-1888). IN: FREIRE, Jonis; CARULA, Karoline (orgs.) **Raça, gênero e classe**: trabalhadores(as) livres e escravizados(as) no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2020.

TELLES, Lorena Féres da Silva. Gravidez e escravidão em perspectiva comparada: mulheres africanas e descendentes na cidade do Rio de Janeiro e nas fazendas cafeeiras no sudeste (1830-1888). **Revista de História Comparada**, ano 16, ed.16, n.1, 2022a.

TELLES, Lorena Féres da Silva. **Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas**: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (1830-1888). São Paulo: Editora Unifesp, 2022b.

TERRA, Paulo Cruz; POPINIGIS, Fabiane. Classe, raça e a história social do trabalho no Brasil (2001-2016). **Estudos Históricos**, v. 32, n. 66, p. 307-328, 2019.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, Edward. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

